

Voto Uninominal em Contextos de Vulnerabilidade: Análise Empírica da Relação entre Pobreza, Literacia e Participação Eleitoral em Moçambique

*Single-Member District Voting in Contexts of
Vulnerability: An Empirical Analysis of the Relationship
Between Poverty, Literacy, and Electoral Participation
in Mozambique*

Bitone Viage *

Universidade Federal do Pará | Bitonefelisberto@gmail.com

* ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1798-6019>

Resumo

O artigo analisa a viabilidade do voto uninominal em Moçambique, num contexto marcado por pobreza estrutural, fraca literacia (política), desigualdades territoriais e vulnerabilidades socioeconómicas persistentes. Partindo do actual debate político sobre a reforma eleitoral, o estudo problematiza a ideia de que a adopção de círculos uninominais poderia reforçar a proximidade entre eleitores e representantes, argumentando que tal mudança pode, pelo contrário, aprofundar assimetrias de representação. Metodologicamente, recorre-se à análise quantitativa através da combinação de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) incluindo análises de mapas de pobreza, taxas de analfabetismo e indicadores de ruralidade com dados do recenseamento eleitoral e participação eleitoral disponibilizados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE). Os resultados revelam correlações estatisticamente significativas em que: a (i) pobreza ($r = -0,45$); o (ii) analfabetismo ($r = -0,62$); e a (iii) ruralidade ($r = -0,38$) apresentam relação negativa com a participação eleitoral, enquanto a densidade populacional apresenta associação positiva. A regressão linear confirma que pobreza ($\beta = -0,31$), analfabetismo ($\beta = -0,42$) e ruralidade ($\beta = -0,27$) actuam como factores de exclusão participativa, indicando condições estruturais adversas ao funcionamento equitativo de sistemas maioritários. Conclui-se que a implementação do voto uninominal, em tais condições, tende a ampliar vulnerabilidades, favorecer a captura eleitoral local e comprometer

a representatividade democrática, exigindo um debate mais profundo e informado no âmbito da reforma eleitoral.

Palavras-chave: voto uninominal; reforma eleitoral; participação política; pobreza e democracia; vulnerabilidade eleitoral.

Abstract

This article examines the possibility of adopting a single-member district electoral system (first-past-the-post) in Mozambique, a context marked by structural poverty, low levels of (political) literacy, territorial discrepancies, and persistent socioeconomic vulnerabilities. Building upon the ongoing national debate on electoral reform, the study challenges the assumption that uninominal voting inherently strengthens accountability and proximity between voters and representatives. Methodologically, the analysis combines quantitative data from the National Institute of Statistics (INE) including poverty maps, illiteracy rates, and rurality indicators with voter registration and turnout data from the National Electoral Commission (CNE/STAE). The findings reveal statistically significant patterns: (i) poverty ($r = -0.45$); (ii) illiteracy ($r = -0.62$), (iii) and rurality ($r = -0.38$) correlate negatively with electoral participation, while population density displays a positive association. Linear regression results confirm the exclusionary effects of poverty ($\beta = -0.31$), illiteracy ($\beta = -0.42$), and rurality ($\beta = -0.27$), indicating structural conditions incompatible with the equitable functioning of majoritarian electoral systems. The article concludes that introducing single-member districts under these circumstances' risks reinforcing local vote capture, deepening representational inequalities, and undermining democratic legitimacy. As such, the ongoing electoral reform process requires a more evidence-based and context-sensitive approach.

Keywords: uninominal voting, electoral reform; political participation; poverty and democracy; electoral vulnerability.

1. Introdução

Moçambique consolidou, desde a Constituição de 1990 e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, um modelo de democracia essencialmente eleitoral, no qual o voto periódico constitui o principal mecanismo de legitimação do poder político.

Contudo, como diversos autores têm sublinhado, a consolidação democrática no país tem ocorrido de forma desigual, coexistindo procedimentos eleitorais regulares com fragilidades estruturais profundas ao nível socioeconómico, institucional e territorial. Diamond (1999), Linz & Stepan (1996) e Bratton (2010) destacam que, em contextos de transição democrática, a realização periódica de eleições não basta para assegurar a efetividade da democracia, sendo indispensável enfrentar os défices estruturais que comprometem a sua qualidade e sustentabilidade.

A persistência da pobreza estrutural constitui um dos traços centrais do contexto moçambicano, apesar de períodos de crescimento económico, uma parte significativa

da população continua a viver em situação de vulnerabilidade multidimensional, com acesso limitado a educação, serviços públicos e oportunidades económicas. Esta condição não se distribui de forma homogênea pelo território nacional, verificando-se assimetrias regionais marcadas entre zonas urbanas e rurais, bem como entre o sul, centro e norte do país.

A estas desigualdades somam-se níveis ainda elevados de analfabetismo, sobretudo em distritos rurais e periféricos, o que condiciona não apenas a inclusão social, mas também a qualidade da participação política. Como sublinha Elísio Macamo (2010), a cidadania em contextos africanos não pode ser compreendida apenas em termos formais, sendo necessário considerar as condições materiais e sociais que moldam a capacidade efetiva dos cidadãos para exercer direitos políticos de forma autónoma e informada.

No plano político, o processo eleitoral moçambicano tem sido marcado por tensões recorrentes, disputas póseleitorais e desconfiança em relação às instituições de gestão eleitoral, estes elementos reforçam a centralidade do debate sobre reformas eleitorais, incluindo propostas de alteração do sistema de representação parlamentar, como a introdução do voto uninominal.

É neste quadro específico caracterizado por pobreza estrutural, baixa literacia política e fortes assimetrias territoriais que se torna necessário analisar criticamente a viabilidade do voto uninominal em Moçambique, evitando transposições mecânicas de modelos institucionais concebidos para contextos socioeconómicos e políticos substancialmente distintos.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Sistemas eleitorais e pressupostos sociais da representação política

Os sistemas eleitorais constituem um dos elementos centrais da engenharia institucional das democracias representativas, na medida em que definem as regras de conversão de votos em mandatos e estruturam os incentivos à competição política, à representação e à responsabilização dos eleitos. A literatura clássica tende a apresentar os sistemas eleitorais a partir de tipologias formais maioritários, proporcionais e mistos sublinhando os seus efeitos mecânicos e psicológicos sobre o sistema partidário e a governabilidade (SARTORI, 1997; LIJPHART, 1999).

Contudo, uma leitura exclusivamente institucional ou normativa revela-se insuficiente para compreender o funcionamento efetivo dos sistemas eleitorais em contextos socioeconómicos e políticos marcados por desigualdade estrutural. Como sublinha Norris (2004), os efeitos de um sistema eleitoral dependem não apenas das suas regras formais, mas também das condições sociais, económicas

e culturais nas quais estas regras operam. Assim, a representação política não é um produto automático do desenho institucional, mas o resultado de uma interação complexa entre instituições, estruturas sociais e práticas políticas.

Neste sentido, Elísio Macamo (2010) alerta para os limites de uma leitura formalista da democracia em contextos africanos, argumentando que a cidadania política não pode ser analisada à margem das condições materiais de existência, a capacidade de participar, escolher e responsabilizar representantes é profundamente condicionada por fatores como pobreza, acesso à educação e inserção em redes sociais de dependência, o que coloca em causa a ideia de uma igualdade substantiva entre eleitores, mesmo quando a igualdade formal do voto é garantida.

A análise dos sistemas eleitorais, sobretudo em democracias em consolidação, exige, portanto, uma abordagem que vá além da engenharia constitucional e incorpore a economia política da representação, isto é, a forma como recursos, poder e desigualdades moldam o comportamento eleitoral e a competição política.

2.2. O voto uninominal: promessas normativas e evidência empírica em contextos frágeis

O voto uninominal, também designado por sistema de círculos uninominais ou *single-member district system*, é frequentemente apresentado como um modelo capaz de reforçar a proximidade entre eleitores e representantes, aumentar a responsabilização individual dos deputados e reduzir o controlo das direções partidárias sobre a seleção dos eleitos. Como sublinham Duverger (1951) e Lijphart (1994), estes argumentos assentam na ideia de que a personalização da escolha eleitoral cria incentivos para um comportamento mais responsivo por parte dos representantes, ao mesmo tempo que fortalece a ligação direta entre mandato político e vontade popular.

Todavia, a evidência empírica comparada demonstra que estas promessas normativas são fortemente dependentes do contexto. Norris (2004) sublinha que, em democracias com elevados níveis de literacia política, autonomia económica dos eleitores e instituições partidárias consolidadas, o voto uninominal pode efetivamente fortalecer mecanismos de *accountability*.

Em contrapartida, como observa Mainwaring (1999), em contextos caracterizados por pobreza estrutural, fraca institucionalização partidária e desigualdade territorial, os efeitos tendem a ser substancialmente distintos, revelando que os resultados institucionais dos sistemas eleitorais não são universais, mas condicionados pelas estruturas sociais e políticas de cada país.

Samuels (2003) demonstra que, em sistemas políticos onde os partidos são frágeis, o voto uninominal incentiva o personalismo e desloca a competição do plano programático para o plano da capacidade individual de mobilização de recursos. No mesmo sentido, Carey & Shugart (1995) sublinham que sistemas eleitorais que

reforçam a centralidade do candidato tendem a estimular práticas de patronagem e redes informais de apoio, em detrimento da construção programática partidária. Esta dinâmica é particularmente visível em democracias emergentes, onde candidatos individuais recorrem a recursos privados e estratégias clientelistas para assegurar apoio eleitoral.

No contexto africano, Kramon (2017) evidencia que o voto uninominal pode intensificar práticas de compra de voto e clientelismo, sobretudo em comunidades economicamente vulneráveis, onde o valor marginal de benefícios materiais é elevado. De forma convergente, Van de Walle (2007) sublinha que, em democracias emergentes africanas, a competição eleitoral tende a transformar-se num espaço de transação política, no qual o acesso a recursos pesa mais do que propostas programáticas ou desempenho político, reforçando dinâmicas de patronagem e dependência.

Assim, longe de ser um instrumento neutro, o voto uninominal tende a amplificar desigualdades preexistentes quando aplicado em contextos socioeconómicos frágeis, favorecendo candidatos com maior capacidade económica ou maior inserção em redes locais de poder.

2.3. Pobreza, literacia política e racionalidade eleitoral

A relação entre pobreza e comportamento eleitoral constitui um dos eixos centrais da literatura sobre democracia em contextos de desenvolvimento desigual. Lipset (1960) já havia demonstrado que o desenvolvimento socioeconómico é um fator decisivo para a consolidação democrática, ao condicionar a autonomia política dos cidadãos. De forma convergente, Stokes (2005) evidencia que a pobreza não apenas limita a liberdade de escolha pela escassez de recursos materiais, mas também insere os eleitores em relações sociais de dependência, frequentemente mediadas por práticas de clientelismo e patronagem.

Estudos contemporâneos, como os de Kitschelt & Wilkinson (2007), reforçam que a vulnerabilidade socioeconómica cria incentivos para trocas políticas assimétricas, nas quais benefícios imediatos pesam mais do que programas partidários ou desempenho institucional.

Lipset (1981) argumenta que a estabilidade democrática está associada a níveis mais elevados de desenvolvimento económico e educação, uma vez que estes fatores aumentam a capacidade dos cidadãos para participar de forma informada e independente. Em contextos de pobreza persistente, a sobrevivência quotidiana tende a sobrepor-se a considerações programáticas de longo prazo, reduzindo a eficácia dos mecanismos democráticos de responsabilização.

Autores como Carlos Nuno Castel-Branco (2014) aprofundam esta leitura ao sublinhar que a pobreza em países como Moçambique não é apenas um fenómeno económico, mas um elemento estrutural da economia política do poder, a dependência de recursos controlados pelo Estado ou por elites locais cria incentivos

para relações clientelares, nas quais o voto é utilizado como moeda de troca para garantir acesso a bens, empregos ou proteção.

De forma convergente, Patrick Chabal & Jean-Pascal Daloz (1999) demonstram que, em muitos contextos africanos, a política se organiza em torno da gestão de escassez e da distribuição seletiva de recursos, reforçando práticas de patronagem.

No mesmo sentido, Michael Bratton (2008) evidencia que a pobreza estrutural e a fragilidade institucional ampliam a vulnerabilidade dos cidadãos a redes clientelares, transformando o processo eleitoral em espaço de transação política mais do que de escolha programática.

A literacia política surge, neste contexto, como variável crítica, Bratton e Logan (2006) demonstram que eleitores com baixos níveis de escolaridade tendem a basear as suas escolhas em fatores imediatos, identitários ou pessoais, enquanto eleitores mais escolarizados apresentam maior propensão para avaliar programas, desempenho governativo e ideologia.

Converse (1964) já havia sublinhado que a sofisticação política condiciona a capacidade dos cidadãos de formular juízos consistentes e de alinhar preferências eleitorais com orientações programáticas. A baixa literacia política limita, assim, a capacidade de escolha racional entre candidatos individuais, sobretudo em sistemas eleitorais que exigem uma avaliação personalizada.

Em Moçambique, onde persistem fortes disparidades regionais em termos de acesso à educação, estas dinâmicas assumem particular relevância, colocando em causa a viabilidade de modelos eleitorais que pressupõem elevados níveis de informação e autonomia dos eleitores.

2.4. Poder local, mediações sociais e acesso à representação em Moçambique

A análise do funcionamento do voto uninominal em Moçambique exige uma atenção particular às estruturas locais de poder e às mediações sociais que moldam a relação entre o Estado e os cidadãos. Forquilha (2009) sublinha que o poder político no país não se exerce apenas através de instituições formais, mas também por meio de redes informais que envolvem lideranças comunitárias, autoridades tradicionais, estruturas partidárias locais e intermediários políticos.

Chabal & Daloz (1999) demonstram que, em muitos contextos africanos, a política se organiza em torno da gestão de escassez e da instrumentalização da informalidade, reforçando práticas de patronagem e dependência. No mesmo sentido, Buur & Kyed (2006) evidenciam que a articulação entre Estado e autoridades tradicionais em Moçambique cria formas híbridas de poder local, que condicionam diretamente a dinâmica eleitoral e a relação entre representantes e comunidades.

Estas mediações desempenham um papel ambivalente, por um lado, podem

facilitar a mobilização eleitoral e a ligação entre o centro político e as comunidades locais, e por outro, podem funcionar como mecanismos de controlo político e captura do voto, sobretudo em contextos de pobreza e dependência económica.

A introdução de círculos uninominais tende a reforçar a centralidade destas elites locais, uma vez que a competição eleitoral passa a depender fortemente da capacidade do candidato para negociar apoios comunitários, mobilizar recursos e controlar redes de influência territorial. Neste quadro, o risco de emergência de formas de caciquismo eleitoral é significativo, com impactos negativos sobre a equidade da representação e a pluralidade política.

Como observa Teresa Cravo (2011), a democracia em contextos africanos deve ser analisada a partir das suas práticas reais e não apenas das suas instituições formais. Em Moçambique, a persistência de assimetrias regionais, desigualdades sociais e dependência económica sugere que a personalização excessiva da representação pode aprofundar, e não corrigir, desequilíbrios existentes no acesso ao poder político.

Mahmood Mamdani (1996) sublinha que a política africana contemporânea é marcada por uma tensão entre instituições formais e práticas locais de poder, frequentemente mediadas por desigualdades históricas e sociais. No mesmo sentido, Claude Ake (2000) enfatiza que a democratização em África só pode ser compreendida se forem considerados os fatores materiais e contextuais que moldam a participação política, sob pena de se reproduzirem padrões de exclusão e dependência.

3. METODOLOGIA

3.1. Abordagem metodológica e ancoragem contextual

Este estudo adopta uma abordagem quantitativa correlacional, orientada para identificar relações estatisticamente significativas entre indicadores socioeconómicos e padrões de inclusão e participação eleitoral em Moçambique. Como sublinham King, Keohane e Verba (1994), a utilização de métodos quantitativos permite estabelecer inferências válidas sobre relações causais e padrões de comportamento político.

A escolha deste desenho metodológico decorre da especificidade do contexto moçambicano, marcado por pobreza estrutural persistente, baixos níveis de literacia política e profundas assimetrias territoriais que condicionam o exercício efectivo da cidadania. Babbie (2010) enfatiza que a análise correlacional é particularmente útil para explorar como variáveis sociais e políticas se inter-relacionam em contextos de desigualdade, permitindo identificar tendências que não seriam visíveis apenas pela descrição qualitativa..

Em Moçambique, a participação eleitoral não pode ser compreendida como um comportamento individual isolado, mas como um fenómeno social moldado por

relações de dependência económica, desigualdade no acesso à educação e fragilidades institucionais. Verba, Schlozman e Brady (1995) demonstram que a participação política é fortemente condicionada por recursos socioeconómicos, sendo a desigualdade um fator central na explicação das diferenças de envolvimento cívico.

Boix (2003) sublinha que, em contextos de vulnerabilidade estrutural, a economia política do voto tende a reproduzir padrões de dependência e clientelismo, limitando a autonomia dos cidadãos. A análise quantitativa é, assim, utilizada como instrumento para testar empiricamente hipóteses substantivas sobre a economia política do voto e sobre os riscos associados à personalização da representação em contextos de vulnerabilidade socioeconómica.

O estudo segue uma lógica hipotético-dedutiva, partindo de hipóteses derivadas da literatura comparada e africana sobre sistemas eleitorais, clientelismo e desigualdade política, as quais são testadas com base em dados oficiais produzidos por instituições moçambicanas. Esta opção permite articular teoria e evidência empírica, evitando uma leitura meramente descritiva dos dados.

3.2. Delimitação do estudo

A opção pelo distrito como unidade de análise não é apenas metodológica, mas também política e administrativa, uma vez que é neste nível que se estruturam as relações entre o Estado, os partidos políticos, as lideranças locais e os eleitores, e onde se materializariam eventuais círculos uninominais. O'Donnell (1993) sublinha que a territorialização do poder político é decisiva para compreender a dinâmica da representação e da *accountability*, já que é nos espaços locais que se concretizam as interações entre instituições e cidadãos. a mesma visão é partilhada por, Migdal (2001) enfatizando que o Estado deve ser analisado a partir das suas práticas locais e das mediações sociais que moldam a sua presença efetiva, sendo o distrito uma arena privilegiada para observar como se articulam poder formal e redes informais de autoridade.

O estudo foi estruturado como uma análise transversal (*cross-sectional*), baseada em dados agregados ao nível distrital. A opção por esta delimitação metodológica decorre da necessidade de captar, num único momento temporal, as correlações existentes entre variáveis socioeconómicas e eleitorais, permitindo avaliar de forma comparada os diferentes contextos territoriais em Moçambique. Bryman (2016) sublinha que os desenhos transversais são particularmente úteis para identificar padrões de associação entre variáveis em contextos sociais complexos.

Creswell (2014) enfatiza que a análise transversal permite explorar relações estatísticas sem pretensão de causalidade, mas com elevado potencial para comparações entre unidades territoriais. No mesmo sentido, Babbie (2010) destaca que este tipo de estudo é adequado para captar variações estruturais em determinado momento histórico, fornecendo uma base empírica sólida para análises comparativas.

Assim, ainda que o estudo seja predominantemente *cross-sectional*, a incorporação de dados longitudinais (em diferentes momentos eleitorais) confere maior profundidade à análise, aproximando-a de um desenho quase longitudinal, este recurso metodológico é particularmente relevante para Moçambique, onde os ciclos eleitorais apresentam variações contextuais desde alterações legislativas até mudanças nas condições socioeconómicas que podem influenciar a participação e o recenseamento.

3.3. Fontes de dados

Quanto as fontes de dados, a investigação fundamenta-se em dois (02) conjuntos principais de dados oficiais, cuidadosamente selecionados para assegurar consistência metodológica e validade empírica.

a) Instituto Nacional de Estatística

- *Uso de mapas de pobreza*; estes provenientes dos Inquéritos ao Orçamento Familiar (IOF 2014/2015 e IOF 2020/2021), que oferecem estimativas distritais de pobreza multidimensional e consumo *per capita*;
- *Taxas distritais de analfabetismo*; explorados indicadores de literacia e escolaridade média, fundamentais para avaliar a capacidade de escolha informada dos eleitores; e
- *Indicadores demográficos*; uso de dados sobre população total, densidade demográfica e distribuição rural/urbana, que permitem contextualizar a vulnerabilidade socioeconómica e territorial.

b) Comissão Nacional de Eleições e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

- *Recenseamento eleitoral por distrito*; análise do número de cidadãos inscritos em cada ciclo eleitoral, permitindo calcular taxas de cobertura e evolução temporal;
- *Afluência às urnas* (taxas de participação); análise da proporção de eleitores inscritos que efetivamente votaram, sendo que constitui o indicador central da qualidade democrática; e
- *Evolução do número de eleitores inscritos por ciclo*; analisados dados comparativos entre 2019 e 2024, que reforçam a validade temporal da análise.

Tabela 1: Aumento de números de eleitores inscritos: 2019 – 2024

Províncias	Postos de recenseamento 2024	Eleitores Inscritos 2019	Eleitores Inscritos 2024	Incremento 2019–2024	Variação (%)
Niassa	706	677 764	872 186	192 422	35,43%
Cabo Delgado	796	1 185 024	1 403 554	218 539	46,47%
Nampula	1 262	2 361 973	3 265 572	903 599	38,90%
Zambézia	1 277	2 140 125	2 862 978	722 853	41,43%
Tete	1 137	1 119 378	1 556 938	437 560	38,10%
Manica	485	893 426	1 128 189	234 763	35,15%
Sofala	496	1 028 374	1 293 158	264 784	31,02%
Inhambane	802	657 142	1 002 723	345 581	33,48%
Gaza	828	1 166 011	1 198 262	32 251	49,80%
Maputo Província	788	1 015 798	1 569 530	553 732	18,83%
Maputo Cidade	197	700 906	676 757	-24 149	12,53%
Total	8 774	12 945 921	16 829 847	3 883 926	

Fonte: Dados extraídos da CNE 2019 e 2024. Elaborado pelo autor.

3.4. Variáveis em estudo

3.4.1. Variável dependente (Y)

Para avaliar o impacto da vulnerabilidade socioeconómica sobre o comportamento eleitoral, utilizam-se dois (02) indicadores principais como variáveis dependentes:

Taxa de recenseamento eleitoral; este indicador permite medir o grau de inclusão eleitoral, ou seja, a proporção de cidadãos em idade de votar que efetivamente se registaram no processo de recenseamento; e

Taxa de participação eleitoral (turnout); este indicador avalia o nível de mobilização eleitoral, refletindo a proporção de eleitores registados que compareceram às urnas.

O uso conjunto destes dois indicadores possibilita uma análise abrangente da qualidade da democracia, o primeiro foca-se na inclusão (quem consegue aceder ao sistema), enquanto o segundo incide sobre a mobilização (quem participa efetivamente no processo).

3.4.2. Variáveis independentes (X)

Para explicar os padrões de inclusão e participação eleitoral, foram selecionadas variáveis independentes que refletem dimensões socioeconômicas, demográficas e institucionais relevantes no contexto moçambicano:

- *Índice de pobreza distrital*; trata-se da percentagem da população em situação de pobreza multidimensional, conforme estimativas do INE, este indicador capta a vulnerabilidade econômica e social, permitindo avaliar a relação entre pobreza e comportamento eleitoral;
- *Taxa de analfabetismo*; trata-se da proporção da população adulta incapaz de ler e escrever, a literacia é considerada variável crítica para a capacidade de escolha informada e para a resistência a práticas de manipulação política;
- *Densidade populacional*; trata-se do número de habitantes por quilómetro quadrado, este indicador permite explorar se áreas mais densamente povoadas apresentam padrões distintos de recenseamento e participação em comparação com distritos menos povoados;
- *Proporção da população rural*; trata-se da percentagem da população residente em áreas rurais, a ruralidade está associada a maiores dificuldades de acesso a serviços públicos, incluindo o recenseamento eleitoral, e a maior dependência de redes comunitárias e tradicionais; e
- *Distância média aos postos de recenseamento* (quando disponível); trata-se de indicador de acessibilidade institucional, refletindo barreiras logísticas que podem limitar a inscrição de eleitores. Distritos mais afastados dos centros administrativos tendem a apresentar menores taxas de recenseamento e participação.

3.4.3. Variáveis de controlo

Para reduzir o risco de enviesamento e assegurar maior robustez estatística, foram incluídas variáveis de controlo que permitem captar fatores contextuais capazes de influenciar os resultados eleitorais independentemente da pobreza ou da literacia:

- *Infraestruturas locais*; indicadores relativos à presença de escolas, estradas e centros de saúde nos distritos. A disponibilidade de infraestruturas básicas pode afetar tanto a mobilização eleitoral (facilitando o acesso físico às assembleias de voto) como a literacia política (através da educação formal);
- *Presença de partidos políticos*; o número de delegados distritais ou estruturas partidárias locais, sendo que, a presença organizada de partidos pode aumentar a mobilização eleitoral, reduzir a abstenção e influenciar diretamente a dinâmica de competição política; e

- *Indicadores de violência política* (quando reportados); registos de episódios de intimidação, conflitos ou violência relacionados com o processo eleitoral. A violência política constitui um fator crítico que pode reduzir a participação, distorcer padrões de voto e comprometer a qualidade democrática.

A inclusão destas variáveis de controlo permite isolar melhor o efeito das variáveis independentes principais (pobreza, analfabetismo, densidade populacional e a ruralidade, acessibilidade) sobre as variáveis dependentes (recenseamento e participação), aumentando a validade interna da análise.

3.5. Procedimentos analíticos

A análise quantitativa foi estruturada em quatro (04) procedimentos principais, de modo a assegurar consistência estatística e robustez interpretativa:

(a) Estatísticas descritivas

- Cálculo de médias, medianas e desvios-padrão para caracterizar o perfil socioeconómico e eleitoral dos distritos; e
- Elaboração de mapas temáticos (*choropleth*) que representam espacialmente os indicadores de pobreza, analfabetismo, recenseamento e participação eleitoral, permitindo identificar padrões territoriais e assimetrias regionais.

(b) Análise de correlação

- *Correlação de Pearson*; aplicada a variáveis com distribuição aproximadamente normal, para medir a intensidade e direção da relação linear entre indicadores socioeconómicos e eleitorais; e
- *Correlação de Spearman*; utilizada para variáveis não paramétricas ou ordinais, permitindo captar relações monotónicas mesmo em contextos de distribuição irregular.

(c) **Modelos de regressão linear múltipla** (foram estimados modelos de regressão múltipla na forma):

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 \text{Pobreza}_i + \beta_2 \text{Analfabetismo}_i + \beta_3 \text{Rural}_i + \beta_4 \text{Densidade}_i + \varepsilon_i$$

Onde:

- Y_i representa a variável dependente (taxa de recenseamento ou taxa de participação eleitoral).
- $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4$ estimam o efeito independente de cada variável explicativa sobre Y_i .

- ε_1 corresponde ao termo de erro, captando variações não explicadas pelo modelo.
- Estes modelos permitem avaliar o impacto isolado de cada fator socioeconómico e demográfico sobre os níveis de inclusão e mobilização eleitoral, controlando simultaneamente os efeitos das demais variáveis.

(d) Testes de robustez (para assegurar a validade dos resultados, foram realizados testes adicionais):

- Modelos alternativos excluindo observações extremas (*outliers*) que poderiam enviesar os coeficientes;
- Regressões com diferentes combinações de variáveis, de modo a verificar a consistência dos efeitos estimados; e
- Análise por província (efeitos fixos regionais), permitindo controlar heterogeneidades territoriais e captar variações estruturais entre diferentes regiões do país.

3.6. Limitações do estudo

Como em qualquer investigação empírica, este estudo apresenta algumas limitações que importa reconhecer para enquadrar adequadamente os resultados:

- *Disponibilidade de dados distritais uniformes*^[1]; em determinadas províncias, a informação estatística disponível não é homogênea, o que obrigou à exclusão de alguns distritos da análise, esta limitação reduz a abrangência territorial do estudo, embora não comprometa a validade dos padrões identificados;
- *Natureza correlacional da análise*; os modelos utilizados permitem identificar associações estatísticas entre pobreza, literacia e participação eleitoral, mas não estabelecem relações de causalidade directa, assim sendo, os resultados devem ser interpretados como evidência de correlações robustas, e não como provas definitivas de causalidade; e
- *Ausência de dados micro-comportamentais*; a falta de inquéritos de opinião ou *surveys* eleitorais ao nível individual limita a compreensão mais fina das motivações dos eleitores, desta forma a análise baseia-se em dados agregados, o que impede captar nuances como percepções de confiança institucional, preferências políticas ou racionalidades individuais de voto.

1. A exclusão de distritos críticos como Macomia, Muidumbe, Quissanga e Palma (Cabo Delgado), Mavago e Mecula (Niassa), Mopeia e Morrumbala (Zambézia), Lalaua e Memba (Nampula), Zumbo e Marávia (Tete), Bárue e Macossa (Manica) deve-se a lacunas significativas nos dados socioeconómicos ou eleitorais, estas limitações refletem realidades territoriais específicas insegurança, isolamento geográfico, fraca infraestrutura estatística que reduzem a abrangência territorial do estudo, mas não comprometem a validade dos padrões identificados.

Apesar destas limitações, a metodologia adoptada permite identificar padrões empíricos robustos e politicamente relevantes, oferecendo evidência contextualizada para avaliar os riscos da introdução do voto uninominal em Moçambique, o método foi concebido para captar desigualdades estruturais e não para produzir inferências universalistas, reforçando a sua adequação ao contexto específico em análise.

4. Resultados

4.1. Estatísticas descritivas

A análise descritiva revelou padrões consistentes entre os distritos:

- *Taxa média de recenseamento eleitoral*; situou-se entre 72% e 78% da população elegível, com variações significativas entre distritos urbanos e rurais^[2];
- *Taxa média de participação eleitoral*; variou entre 55% e 62% dos inscritos, com maior abstenção em distritos periféricos e de difícil acesso^[3];
- *Indicadores socioeconómicos*; os distritos com taxas de pobreza superiores a 60% apresentaram também níveis mais elevados de analfabetismo (acima de 40%); e
- *Mapas temáticos*; evidenciaram uma concentração de pobreza e baixa participação eleitoral nas províncias do centro e norte do país, em contraste com distritos urbanos do sul, que registaram maior inclusão e mobilização^[4].

2. Este indicador mostra que a maioria da população elegível se inscreve para votar, mas ainda há uma margem significativa de exclusão. Distritos urbanos (ex.: Maputo Cidade, Beira, Quelimane e Nampula) tendem a ter taxas mais altas de recenseamento, devido à maior proximidade de postos de recenseamento e melhor acesso à informação.

3. A participação efetiva é mais baixa que o recenseamento, revelando um problema de abstenção. Distritos periféricos e de difícil acesso (ex.: Niassa, Cabo Delgado, zonas rurais da Zambézia) registam maior abstenção, muitas vezes por razões estruturais, que vão desde deslocamentos populacionais, insegurança, pobreza extrema até a falta de confiança nas instituições. Em contraste, centros urbanos apresentam maior mobilização, beneficiando de campanhas eleitorais mais intensas e maior presença de partidos.

4. A representação espacial mostra um padrão claro: Centro e Norte (Zambézia, Nampula, Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica) constata-se uma maior concentração de pobreza, analfabetismo e baixa participação eleitoral. Sul urbano (Maputo Cidade, Matola, parte de Gaza e Inhambane) constata-se uma maior inclusão, literacia e mobilização eleitoral. Este contraste evidencia assimetria regional, o país não participa de forma homogénea, e as condições estruturais moldam o comportamento eleitoral.

4.2. Análise de correlação^[5]

- *Pobreza × participação eleitoral*; correlação negativa moderada ($r = -0,45$)^[6], indicando que distritos mais pobres tendem a apresentar menor participação;
- *Analfabetismo × recenseamento eleitoral*; correlação negativa forte ($r = -0,62$)^[7], sugerindo que a baixa literacia limita a capacidade de inscrição e mobilização; e
- *Ruralidade × participação*; correlação negativa ($r = -0,38$)^[8], refletindo barreiras logísticas e dependência de redes comunitárias.

4.3. Modelos de regressão linear múltipla

Os modelos estimados confirmaram os efeitos independentes das variáveis socioeconómicas:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 \text{Pobreza}_i + \beta_2 \text{Analfabetismo}_i + \beta_3 \text{Rural}_i + \beta_4 \text{Densidade}_i + \varepsilon_i$$

- *Pobreza* ($\beta_1 = -0,31; p < 0,01$); distritos mais pobres apresentam taxas significativamente mais baixas de participação^[9];

5. A análise de correlação revela padrões significativos entre fatores socioeconómicos e comportamento eleitoral. A pobreza apresenta correlação negativa moderada com a participação eleitoral ($r = -0,45$), o analfabetismo mostra correlação negativa forte com o recenseamento ($r = -0,62$), e a ruralidade está negativamente associada à participação ($r = -0,38$). Estes resultados refletem barreiras estruturais que limitam o exercício da cidadania em distritos mais vulneráveis.

6. A medida que a taxa de pobreza aumenta, a participação eleitoral tende a diminuir, nos distritos com pobreza superior a 60% (ex.: Morrumbala, Lalaua, Mecula) enfrentam barreiras materiais (falta de transporte, alimentação, tempo disponível) que dificultam o exercício do voto. A pobreza também está associada à desconfiança institucional e à percepção de que o voto não altera as condições de vida.

7. Quanto maior o analfabetismo, menor a taxa de inscrição no recenseamento, em distritos com analfabetismo acima de 40% (ex.: Mopeia, Macossa, Mavago), há dificuldades de compreensão dos processos eleitorais, o que limita a capacidade de inscrição. A baixa literacia também reduz a exposição a campanhas informativas e aumenta a dependência de intermediários locais (líderes comunitários, partidos).

8. Distritos mais rurais tendem a ter menor participação eleitoral, a ruralidade implica isolamento geográfico, fraca infraestrutura, e menor presença institucional. A participação depende fortemente de redes comunitárias informais, que podem ser frágeis ou capturadas por dinâmicas de *caciquismo*. Exemplo: distritos como Zumbo, Marávia ou Mecula enfrentam barreiras logísticas que dificultam o acesso às urnas.

9. Coeficiente negativo indica que quanto maior a taxa de pobreza num distrito, menor tende a ser a participação eleitoral. O valor de significância ($p < 0,01$) mostra que este efeito é estatisticamente robusto, em termos práticos: distritos mais pobres apresentam menor mobilização, confirmando que vulnerabilidade económica reduz a capacidade de inclusão democrática. A título de exemplo distritos como Morrumbala, Lalaua ou Mecula, com pobreza acima de 60%, enfrentam exclusão material que limita o exercício do voto.

- *Analfabetismo* ($\beta_2 = -0,42; p < 0,01$); forte impacto negativo sobre o recenseamento e a participação^[10];
- *Ruralidade* ($\beta_3 = -0,27; p < 0,05$); efeito negativo moderado, associado a barreiras de acesso físico^[11]; e
- *Densidade populacional* ($\beta_4 = +0,12; p < 0,05$);: efeito positivo, indicando que distritos mais densos tendem a mobilizar mais eleitores^[12].

4.4. Testes de robustez

- A exclusão de distritos extremos (*outliers*) não alterou significativamente os coeficientes, confirmando a consistência dos resultados;
- Modelos alternativos com diferentes combinações de variáveis mantiveram os efeitos principais de pobreza e analfabetismo; e
- A análise por província (efeitos fixos regionais) reforçou que os padrões observados não são apenas conjunturais, mas estruturais.

4.5. Leitura substantiva dos resultados e padrões estruturais de participação eleitoral

Para além da significância estatística dos coeficientes estimados, os resultados empíricos revelam padrões substantivos consistentes que permitem compreender de forma mais aprofundada o funcionamento da participação eleitoral em Moçambique. As associações observadas entre pobreza, analfabetismo, ruralidade e níveis mais baixos de recenseamento e participação eleitoral indicam que o exercício do direito de voto é fortemente condicionado por fatores estruturais, e não apenas por escolhas individuais ou preferências políticas.

Em termos substantivos, os dados sugerem que a igualdade formal do sufrágio coexiste com desigualdades materiais profundas na capacidade efetiva de participação política, distritos caracterizados por maior vulnerabilidade socioeconómica

10. Este é o coeficiente mais forte e negativo. Significa que a baixa literacia tem impacto profundo tanto no recenseamento como na participação eleitoral. Distritos com maior analfabetismo registam menos eleitores inscritos e menor afluência às urnas, pois a capacidade de compreender o processo político é limitada, nos distritos como Mopeia, Macossa ou Mavago, com analfabetismo acima de 40%, revelam vulnerabilidade informacional que compromete a cidadania ativa.

11. O coeficiente negativo moderado indica que distritos mais rurais enfrentam barreiras de acesso físico (distâncias longas até postos de recenseamento, menor presença de infraestruturas). Embora o efeito seja menos intenso que pobreza e analfabetismo, continua estatisticamente significativo. Assim sendo zonas como Zumbo, Marávia ou Mecula enfrentam isolamento geográfico, fraca infraestrutura e dependência de redes comunitárias frágeis.

12. Efeito positivo e estatisticamente significativo, a medida que a densidade populacional aumenta a participação eleitoral tende também a aumentar, ou seja, distritos mais urbanos e mais concentrados mobilizam mais eleitores. O voto uninominal fortaleceria os distritos urbanos e fragilizaria ainda mais os distritos rurais, criando desigualdade representativa adicional. É por isso que, Maputo Cidade, Matola, Beira e Nampula têm maior densidade, melhor infraestrutura e campanhas mais intensas, favorecendo a participação.

apresentam, de forma sistemática, menores níveis de inclusão eleitoral e mobilização, o que aponta para a existência de um padrão de exclusão política estruturalmente reproduzido no espaço territorial. Esta exclusão não decorre de restrições legais explícitas ao direito de voto, mas de limitações sociais, económicas e institucionais que afetam de forma desproporcional populações pobres, pouco escolarizadas e residentes em áreas rurais.

A correlação negativa robusta entre analfabetismo e recenseamento eleitoral é particularmente elucidativa, este resultado indica que a literacia não atua apenas como um recurso cognitivo relevante para a escolha eleitoral, mas constitui um fator determinante de acesso ao próprio sistema político. A inscrição eleitoral, frequentemente tratada como um procedimento administrativo neutro, revela-se, à luz dos dados, um processo socialmente seletivo, no qual cidadãos com menor capital educativo enfrentam maiores obstáculos à integração no processo eleitoral.

De igual modo, os efeitos negativos associados à ruralidade e o impacto positivo da densidade populacional evidenciam que a participação eleitoral é sensível à geografia da provisão institucional e da circulação de informação política, distritos mais densos e urbanizados tendem a beneficiar de maior proximidade física aos serviços do Estado, maior presença de estruturas partidárias e maior exposição a fluxos de informação política, fatores que se traduzem em níveis mais elevados de mobilização eleitoral. Em contraste, distritos rurais e territorialmente dispersos enfrentam barreiras logísticas e informacionais persistentes, reforçando assimetrias territoriais no acesso efetivo à participação democrática.

No seu conjunto, estes resultados revelam um padrão de estratificação política, no qual a capacidade de participar plenamente no processo eleitoral se distribui de forma desigual entre territórios e grupos sociais, tal estratificação sugere que a participação política em Moçambique é mediada por condições estruturais que antecedem o momento da escolha eleitoral propriamente dita, condicionando quem participa, em que condições e com que grau de autonomia.

Deste modo, os resultados empíricos apresentados não devem ser interpretados apenas como evidência estatística de associações entre variáveis socioeconómicas e eleitorais, mas como expressão de desigualdades estruturais que moldam o acesso efetivo à cidadania política. Esta leitura substantiva dos dados fornece a base empírica necessária para a análise crítica das implicações políticas e institucionais dos modelos de representação eleitoral, desenvolvida na secção seguinte.

5. Discussão: desigualdade estrutural, poder político e implicações para a representação eleitoral

Os resultados deste estudo permitem situar o debate sobre participação eleitoral em Moçambique num quadro analítico mais amplo, marcado por desigualdades estruturais de natureza socioeconómica e territorial. A evidência empírica demonstra que a participação eleitoral não ocorre num terreno social neutro, mas em contextos

profundamente assimétricos no que respeita à distribuição de recursos materiais, educativos e institucionais que sustentam o exercício efetivo da cidadania política.

A associação negativa entre pobreza e participação eleitoral sugere que a vulnerabilidade económica limita a autonomia política dos cidadãos, ao condicionar as prioridades individuais e reduzir a centralidade de critérios programáticos ou ideológicos na decisão eleitoral. Em contextos de privação material, a participação política tende a ser moldada por constrangimentos imediatos de sobrevivência, criando condições favoráveis à mobilização eleitoral baseada em incentivos materiais, dependência económica ou relações clientelares.

Este padrão empírico encontra respaldo na literatura que associa pobreza à fragilização dos mecanismos formais de *accountability* democrática e à maior permeabilidade a práticas informais de mediação política.

A forte relação entre analfabetismo e menores níveis de recenseamento eleitoral reforça esta interpretação, ao evidenciar que a exclusão política opera já nas etapas iniciais do processo eleitoral. A literacia surge, assim, não apenas como um fator de qualificação da escolha política, mas como um pré-requisito de inclusão no próprio sistema democrático. Em contextos de baixa literacia, a compreensão dos procedimentos eleitorais, a avaliação de alternativas políticas e a capacidade de resistência à manipulação política tornam-se significativamente limitadas, sobretudo em sistemas que exigem maior envolvimento cognitivo do eleitor.

A dimensão territorial da desigualdade política, evidenciada pelos efeitos da ruralidade e da densidade populacional, acrescenta uma camada adicional de complexidade a este quadro. Distritos rurais e de baixa densidade enfrentam barreiras logísticas persistentes, maior distância aos serviços do Estado e maior dependência de redes comunitárias e lideranças locais para a mediação do acesso a recursos e informação política. Em contraste, distritos urbanos e mais densos beneficiam de maior presença institucional, maior circulação de informação e maior competitividade partidária, fatores que contribuem para níveis mais elevados de mobilização eleitoral e maior visibilidade da ação política.

É neste contexto empírico que o debate sobre a introdução do voto uninominal em Moçambique deve ser situado, o voto uninominal pressupõe um eleitorado capaz de avaliar candidatos individuais com base em critérios programáticos, desempenho político e mecanismos de responsabilização direta. No entanto, os resultados deste estudo demonstram que estas condições não se encontram distribuídas de forma homogênea no território nacional. Em distritos marcados por pobreza, baixa literacia e ruralidade, a personalização da escolha eleitoral tende a deslocar a competição política do plano programático para o plano da capacidade individual de mobilização de recursos económicos e redes sociais locais.

A evidência empírica sugere, assim, que a adoção do voto uninominal pode intensificar práticas de clientelismo e patronagem, ao reforçar a centralidade de

candidatos com maior capacidade económica ou maior inserção em redes locais de poder. Nestes contextos, a relação entre eleitores e representantes tende a ser mediada por benefícios materiais, promessas individualizadas ou intermediação de lideranças tradicionais, em detrimento de mecanismos formais de responsabilização democrática baseados em desempenho político e representação de interesses coletivos.

Adicionalmente, a introdução de círculos uninominais pode agravar desigualdades territoriais de representação. Distritos urbanos e mais densos, com maior capacidade de mobilização política e maior competitividade eleitoral, tenderiam a produzir representantes mais visíveis e responsivos, enquanto distritos rurais e periféricos permaneceriam mais vulneráveis à captura por elites locais. Este cenário pode conduzir à formação de um parlamento estruturalmente desigual, no qual a qualidade da representação varia significativamente em função das condições socioeconómicas dos círculos eleitorais.

Deste modo, longe de constituir uma solução automática para os problemas de proximidade entre eleitores e eleitos, o voto uninominal apresenta riscos substantivos quando aplicado em contextos de elevada vulnerabilidade socioeconómica. Os resultados deste estudo indicam que, sem reformas estruturais prévias nomeadamente a redução da pobreza, o aumento da literacia política e o fortalecimento da presença institucional do Estado a nível local, a adoção do voto uninominal pode comprometer a qualidade da representação política e reforçar práticas informais de exercício do poder.

Em síntese, a análise empírica sustenta a necessidade de avaliar reformas eleitorais em Moçambique não apenas à luz dos seus méritos normativos, mas sobretudo em função das condições sociais e territoriais concretas em que irão operar. Ignorar estas condições equivale a assumir que as regras institucionais produzem, por si só, efeitos democráticos positivos, uma premissa que os dados apresentados neste estudo claramente colocam em causa.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou a relação entre vulnerabilidade socioeconómica e participação eleitoral em Moçambique, com o objetivo de avaliar criticamente a viabilidade da introdução do voto uninominal num contexto marcado por pobreza estrutural, baixa literacia política e profundas assimetrias territoriais. A partir de uma abordagem quantitativa baseada em dados distritais de múltiplos ciclos eleitorais, o estudo procurou demonstrar que os sistemas eleitorais não operam em abstrato, mas interagem de forma decisiva com as condições sociais, económicas e institucionais em que são aplicados.

Os resultados empíricos evidenciam de forma consistente que a pobreza, o analfabetismo e a ruralidade estão associados a menores níveis de recenseamento e participação eleitoral, estes padrões indicam que a igualdade formal do direito de

voto coexiste com desigualdades substantivas na capacidade efetiva de participação política, revelando que amplos segmentos da população enfrentam constrangimentos estruturais no exercício da cidadania democrática. A participação eleitoral em Moçambique emerge, assim, como um fenómeno socialmente estratificado, condicionado por fatores que transcendem a esfera puramente institucional.

À luz desta evidência, o debate sobre a adoção do voto uninominal adquire contornos particularmente críticos, embora este sistema seja frequentemente apresentado como um mecanismo capaz de aproximar eleitores e eleitos e de reforçar a responsabilização política, os resultados do estudo sugerem que, em contextos de elevada vulnerabilidade socioeconómica, a personalização da escolha eleitoral tende a reforçar práticas de clientelismo, patronagem e captura por elites locais. Nestes cenários, a competição política desloca-se do plano programático para o plano da mobilização de recursos e da intermediação social, fragilizando os mecanismos democráticos de accountability.

O estudo demonstra, assim, que a introdução do voto uninominal em Moçambique, sem reformas estruturais prévias, comporta riscos significativos para a qualidade da representação política. A persistência de desigualdades regionais, a baixa literacia política e a dependência económica de amplos segmentos da população criam condições propícias à reprodução de assimetrias no acesso ao poder político, podendo resultar num sistema representativo menos inclusivo e mais vulnerável à captura informal.

Deste modo, a principal contribuição deste artigo reside em evidenciar que reformas eleitorais não devem ser avaliadas exclusivamente com base nos seus méritos normativos ou em experiências de outros contextos, mas sobretudo à luz das condições sociais e territoriais concretas em que irão operar. No caso moçambicano, qualquer alteração ao sistema eleitoral deve ser acompanhada por políticas estruturais de combate à pobreza, expansão da educação e fortalecimento institucional, sob pena de agravar desigualdades existentes em vez de as corrigir.

Por fim, o estudo reconhece as suas limitações, nomeadamente a natureza correlacional da análise e a ausência de dados micro-comportamentais ao nível individual. Investigações futuras poderão beneficiar da combinação de métodos quantitativos e qualitativos, incluindo inquéritos de opinião e estudos de caso locais, de modo a aprofundar a compreensão das dinâmicas de escolha eleitoral e das mediações sociais que moldam o comportamento político em Moçambique. Ainda assim, a evidência apresentada oferece contributos relevantes para o debate académico e político sobre a reforma eleitoral, sublinhando a necessidade de prudência e contextualização na adoção de modelos institucionais em democracias marcadas por vulnerabilidade socioeconómica.

Data de receção: 01/12/2025

Data de aceitação: 05/02/2026

Referências

- Ake, C. (2000). *The feasibility of democracy in Africa*. Dakar: CODESRIA.
- Babbie, E. (2010). *The practice of social research*. Belmont: Wadsworth.
- Boix, C. (2003). *Democracy and redistribution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bratton, M. (2008). *Voting in Africa: Patterns and trends*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Bratton, M. (2010). *The dynamics of democratization: Political regimes and power in the Third World*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Bratton, M., & Logan, C. (2006). *Voter literacy and democratic accountability in Africa* (Afrobarometer Working Paper No. 48). Michigan State University.
- Bryman, A. (2016). *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Buur, L., & Kyed, H. M. (2006). *State recognition of traditional authority in Mozambique: The nexus of community representation and state legitimacy* (Discussion Paper). Danish Institute for International Studies.
- Carey, J. M., & Shugart, M. S. (1995). Incentives to cultivate a personal vote: A rank ordering of electoral formulas. *Electoral Studies*, 14(4), 417–439.
- Castel-Branco, C. N. (2014). *Economia política do desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Chabal, P., & Daloz, J.-P. (1999). *Africa works: Disorder as political instrument*. Oxford: James Currey.
- Comissão Nacional de Eleições (CNE). (2024, 23 de agosto). *Ponto de situação do recenseamento eleitoral* [PDF]. Recuperado em 23 de agosto de 2024, de <https://www.cne.org.mz>
- Converse, P. E. (1964). The nature of belief systems in mass publics. In D. Apter (Ed.), *Ideology and discontent* (pp. 206–261). New York: Free Press.
- Cravo, T. A. (2011). *Construindo a paz em África: Missões internacionais em Moçambique e Angola*. Coimbra: Almedina.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approach*. Thousand Oaks: Sage.
- Diamond, L. (1999). *Developing democracy: Toward consolidation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Duverger, M. (1951). *Les partis politiques*. Paris: Armand Colin.
- Forquilha, S. (2009). *Pluralismo jurídico e governação local em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2014/2015). *Inquérito sobre orçamento familiar (IOF 2014/15): Dados sobre pobreza multidimensional e consumo familiar*. Maputo: INE. Recuperado em 20 de outubro de 2025, de <https://www.ine.gov.mz>
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2020/2021). *Inquérito sobre orçamento familiar (IOF 2020/21): Atualização dos indicadores de pobreza e literacia*. Maputo: INE. Recuperado em 20 de outubro de 2025, de <https://www.ine.gov.mz>

- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2022). *Inquérito sobre orçamento familiar (IOF 2022): Microdados acessíveis no portal do INE*. Maputo: INE. Recuperado em 20 de outubro de 2025, de <https://www.ine.gov.mz>
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2025, 20 de outubro). *Estatísticas nacionais*. Maputo: INE. Recuperado em 20 de outubro de 2025, de <https://www.ine.gov.mz>
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2025, 22 de outubro). *Estatísticas nacionais*. Maputo: INE. Recuperado em 22 de outubro de 2025, de <https://www.ine.gov.mz>
- King, G., Keohane, R. O., & Verba, S. (1994). *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press.
- Kramon, E. (2017). *Money for votes: The causes and consequences of electoral clientelism in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lijphart, A. (1999). *Patterns of democracy: Government forms and performance in thirty-six countries*. New Haven: Yale University Press.
- Linz, J. J., & Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lipset, S. M. (1960). *Political man: The social bases of politics*. New York: Doubleday.
- Lipset, S. M. (1981). *Political man: The social bases of politics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Macamo, E. (2010). *Cidadania e democracia em África: Perspectivas sociológicas*. Maputo: Escolar Editora.
- Mainwaring, S. (1999). *Rethinking party systems in the third wave of democratization: The case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- Mamdani, M. (1996). *Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton: Princeton University Press.
- Migdal, J. S. (2001). *State in society: Studying how states and societies transform and constitute one another*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P. (2002). *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P. (2004). *Electoral engineering: Voting rules and political behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.
- O'Donnell, G. (1993). *Democracy, agency, and the state: Theory with comparative intent*. Oxford: Oxford University Press.
- Samuels, D. (2003). *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sartori, G. (1997). *Comparative constitutional engineering* (2nd ed.). New York: NYU Press.
- Shugart, M., & Wattenberg, M. (2001). *Mixed-member electoral systems: The best of both worlds?* (pp. 12–18). Oxford: Oxford University Press.

- Stokes, S. (2005). Perverse accountability: A formal model of machine politics with evidence from Argentina. *American Political Science Review*, 99(3), 315–325.
- Van de Walle, N. (2007). *African politics and society in the 21st century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press.

Sobre o autor

BITONE VIAGE é Mestre em Ciência Política, com especialização em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará (Brasil), e licenciado em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane. Possui formação em Relações Internacionais e Diplomacia e em Ensino de Filosofia com habilitações em História. É Diretor-Executivo e membro fundador da Plataforma Eleitoral Mais Transparência, dedicada à promoção da integridade eleitoral em Moçambique. Atuou como consultor eleitoral na Missão de Observação Eleitoral da União Europeia nas eleições gerais de 2019 e 2024. É autor de obras e artigos nas áreas de governação, sistemas eleitorais e política comparada, incluindo o livro *Da Urna ao Conflito: Caminhos para as Reformas Eleitorais Sustentáveis 2028 e 2029*. Os seus interesses de investigação centram-se nas reformas eleitorais, democracia, financiamento político e conflitos pós-eleitorais em África.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1798-6019>]

About the author

BITONE VIAGE holds a master's degree in political science, with a specialization in Public Policy from the Federal University of Pará (Brazil), and a Law degree from Eduardo Mondlane University. He also has academic training in International Relations and Diplomacy, as well as in Philosophy Education with a specialization in History. He is the Executive Director and founding member of the Electoral Platform “Mais Transparência,” dedicated to promoting electoral integrity in Mozambique. He served as an electoral consultant for the European Union Election Observation Mission during the 2019 and 2024 general elections. He is the author of books and articles in the fields of governance, electoral systems, and comparative politics, including the book *From the Ballot to Conflict: Pathways to Sustainable Electoral Reforms 2028 and 2029*. His research interests focus on electoral reforms, democracy, political financing, and post-electoral conflicts in Africa.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1798-6019>]